

STJ00112421

Arthur Mendes Lobo

TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL
E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS

Appris
Editora

Editora Appris Ltda.

1.ª Edição - Copyright© 2021 dos autores

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

L799t Lobo, Arthur Mendes
2021 Teoria da decisão judicial e seus impactos econômicos / Arthur
Mendes Lobo. - 1. ed. - Curitiba : Appris, 2021.
253 p. ; 23 cm. - (Direito e democracia).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5820-358-2

1. Juízes - Decisões - Aspectos econômicos. I. Título. II. Série.

CDD - 347

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
Editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

1

ASPECTOS HISTÓRICOS DA DECISÃO JUDICIAL MOTIVADA: AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS EM RELAÇÃO AO PROCESSO DECISÓRIO, SUAS INFLUÊNCIAS E EVOLUÇÃO 27

1.1 IMPÉRIO ROMANO: O PRIMEIRO MARCO HISTÓRICO PARADIGMÁTICO DA DECISÃO MOTIVADA 27

1.2 CÓDIGO DE JUSTINIANO, GLOSADORES E A CONTRIBUIÇÃO DA IDADE MÉDIA 32

1.3 IDADE MODERNA: O HUMANISMO RENASCENTISTA E O SURGIMENTO DO DIREITO RACIONAL 35

1.4 O CÓDIGO DE NAPOLEÃO E A FIGURA DO “JUIZ BOCA-DA-LEI” NA IDADE CONTEMPORÂNEA 37

2

A DECISÃO JUDICIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: GÊNESE, CONCEITO E EVOLUÇÃO 41

2.1 HISTÓRICO DO TEMA NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS 41

2.1.1 Constituição de 1824 (Brasil Império) 41

2.1.2 Constituição de 1891 (Brasil República) 45

2.1.3 Constituição de 1934 (Segunda República) 48

2.1.4 Constituição de 1937 (Estado Novo) 49

2.1.5 Constituição de 1946 (República Pós-Vargas) 51

2.1.6 Constituição de 1967 (Regime Militar) 52

2.1.7 Constituição Federal de 1988: previsão constitucional do dever de fundamentação das decisões judiciais 54

2.2 O DEVER DE FUNDAMENTAR NO ORDENAMENTO INFRACONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DA SISTEMÁTICA ANTERIOR ... 58

3

ALGUNS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO QUE ORIENTAM O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS 61

3.1 DEVIDO PROCESSO LEGAL	66
3.2 CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E COOPERAÇÃO	68
3.3 INDECLINABILIDADE	71
3.4 VINCULAÇÃO DO JUIZ AOS FATOS DA CAUSA	72
3.5 <i>IURIA NOVIT CURIA</i>	77
3.6 PUBLICIDADE	80
3.7 ECONOMIA E CELERIDADE PROCESSUAIS	81
3.8 SEGURANÇA JURÍDICA	82
3.9 EFETIVIDADE PROCESSUAL	88
3.10 O JUIZ, A SENTENÇA E OS PRINCÍPIOS DO LIVRE CONVENCIMENTO, DA MOTIVAÇÃO E DA PERSUASÃO RACIONAL	91
3.10.1 Princípio do livre convencimento	92
3.10.2 Princípio da motivação	93
3.10.3 Princípio da persuasão racional do juiz	98

4

A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS COMO ELEMENTO ESSENCIAL NA (DES)CONSTRUÇÃO DE UM PRECEDENTE E SEUS REFLEXOS ECONÔMICOS 101

4.2 A INCOMPATIBILIDADE DA MOTIVAÇÃO <i>PER RELATIONEM</i> COM O ESTADO DEMOCRÁTICO	108
4.2.1 A inconstitucionalidade do artigo 252 do Regimento Interno do TJSP, em vigor desde 4 de novembro de 2009	111
4.3 A JURISPRUDÊNCIA LOTÉRICA: A CRISE DE LEGITIMIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS	114
4.4 O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DO PRECEDENTE	116
4.4.1 A análise das questões de fato e de direito e o prequestionamento ficto ou implícito	118
4.4.2 A explicação da causa de aplicação no caso concreto de atos normativos invocados na decisão	128

4.4.3 A explicação do motivo de se empregar conceitos jurídicos indeterminados ao caso concreto	128
4.4.4 A vedação à decisão que se amolda a qualquer outro processo e se prestaria a justificar qualquer outra decisão	131
4.4.5 A necessidade de enfrentar todos os argumentos deduzidos pelas partes capazes de infirmar a conclusão adotada pelo julgador	132
4.4.6. A importância dos precedentes no Novo CPC	133
4.4.7 A natureza de um precedente: <i>ratio decidendi</i> e seu efeito vinculativo no direito brasileiro	139
4.4.8 A impossibilidade de invocar precedente como fundamento da decisão sem demonstrar que o caso concreto se ajusta aos fundamentos do precedente	143
4.4.9 A vedação à inobservância de um precedente vinculativo sem esclarecer a existência de distinção do caso concreto ou da superação do fundamento contido no precedente	145
4.4.9.1 A súmula vinculante como instrumento paralelo ao precedente para fins de estabilização da jurisprudência	146
4.4.10. A reclamação como instrumento de controle da boa fundamentação na (in) observância do precedente vinculativo	156
4.5 A CRIAÇÃO DE UMA TEORIA DO PRECEDENTE JUDICIAL COMO NECESSIDADE SISTÊMICA	167
5	
A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ANÁLISE ECONÔMICA DA LITIGÂNCIA ...	191
5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	191
5.2 ALGUNS REFLEXOS ECONÔMICOS DO CHAMADO “RISCO JUDICIÁRIO” E A NECESSIDADE DE ESTABILIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA POR MEIO DA FUNDAMENTAÇÃO EXAURIENTE	205
5.3 UMA BREVE ANÁLISE ECONÔMICA DA LITIGÂNCIA	209
5.4 O COMPORTAMENTO DAS PARTES PARA O DESFECHO DO PROCESSO: OTIMISMO E PESSIMISMO E SUA RELAÇÃO COM A COMPOSIÇÃO CONSENSUAL DO CONFLITO	218
CONCLUSÕES	229
REFERÊNCIAS	233